



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
GABINETE DO MINISTRO**

**COMUNICAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DA
DEFESA NACIONAL**

Jaime Bessa Augusto Neto

Por Ocasião da Abertura Solene do Ano Académico na
Academia Militar - 2020

**“O CONTRIBUTO DAS FADM NA MANUTENÇÃO DA PAZ
EM MOÇAMBIQUE, NO CONTEXTO DO CONFLITO
POLITICO-MILITAR: ACÇÕES E DESAFIOS”**

Nampula, 28 de Fevereiro de 2020

- **Excelentíssimo Senhor Comandante da Academia Militar “Marechal Samora Machel”;**
- **Senhores Oficiais Gerais, Superiores e Subalternos; Sargentos e Praças das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;**
- **Estimados Estudantes da Academia Militar “Marechal Samora Machel”;**
- **Prezada Comunidade Académica;**
- **Distintos Convidados;**
- **Minhas Senhoras e Meus Senhores.**

É com júbilo e imensa satisfação que me dirijo a todos os presentes nesta cerimónia, que marca abertura solene do ano lectivo nesta instituição de ensino superior militar, a **Academia Militar “Marechal Samora Machel”**.

Permitam-me que, em nome do Ministério da Defesa Nacional, das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e em meu nome próprio, enderece

calorosas saudações a **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança**, pelo seu empenho e dedicação, consagrados aos interesses mais nobres do povo moçambicano, traduzidos na busca incansável da Paz efectiva, condição primária para o desenvolvimento do nosso país.

Apraz-nos saudar a todos aqui presentes, pela disponibilidade de testemunhar este evento. A vossa presença simboliza a inequívoca manifestação de consideração e valorização da nossa missão, a de defender a Pátria e a integridade territorial.

Gostaria de saudar, especialmente, o corpo Directivo da Academia Militar “Marechal Samora Machel” que, de forma proactiva e sem poupar esforços, garante a realização plena do processo de formação de Oficiais para o Quadro Permanente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em diversas especialidades.

É no quadro deste processo de formação de oficiais, que hoje temos a honra de estar nesta instituição para partilharmos conhecimentos e experiências sobre um tema que julgamos ser relevante e actual.

Gostaria de expressar o meu profundo reconhecimento e agradecimento a todos os que, directa ou indirectamente, tornaram possível a realização deste evento, que muito nos honra, no qual somos chamados a falar sobre **“O Contributo das Forças Armadas de Defesa de Moçambique na Manutenção da Paz em Moçambique, no Contexto do Conflito Político-Militar: Acções e Desafios.**

Aceitamos o convite, por constituir um desafio que brota do intuito de partilhar as nossas reflexões e experiências com a comunidade académica desta prestigiada Academia Militar e com todos os presentes, contribuindo na produção de respostas aos imperativos da actual conjuntura.

Por uma questão metodológica e pragmática, proponho uma abordagem dividida em sete (7) partes, nomeadamente:

- 1. Introdução;**
- 2. Contextualização da Evolução Histórica e Geopolítica Africana;**
- 3. O Caso Nacional;**
- 4. Postura Recomendável aos Militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;**
- 5. Acções e Desafios que se Impõem às Forças Armadas de Defesa de Moçambique;**
- 6. Contributo da Academia Militar “Marechal Samora Machel”; e**
- 7. Conclusões.**

1. Introdução

- a.** Quando, no período do Renascimento, **Bodin, Hobbes e Maquiavel** lançaram as bases conceptuais para a autonomização da Segurança, enquanto fim da organização política, não imaginaram que tempos mais tarde o Estado não deteria o **monopólio legítimo** do uso da força, enquanto garante máximo da Segurança da comunidade e do território.
- b.** Esta situação torna-se ainda mais complexa e de difícil apreensão com a **globalização**, que interliga fenómenos, alarga a interdependência, dificulta a coesão nacional, acelerando o que muitos analistas chamam de “**Crise do Estado**”, consubstanciada em ameaças tais como, a pirataria, o terrorismo, o tráfico ilegal de armas, drogas, seres e órgãos humanos, mudanças climáticas, eventos naturais extremos, entre outros fenómenos calamitosos.

c.À primeira vista, as funções tradicionais do **Estado**, que se materializam por meio da garantia da Segurança, administração da justiça e promoção do bem-estar da sua população tendem, progressivamente, a se pulverizar, pois, novos cenários emergem, abrindo espaço para o protagonismo dos chamados “**novos actores**”, “**novos provedores de segurança**” e “**novos promotores do bem-estar**”, como são os casos das **Organizações Internacionais e Não-Governamentais**.

d. Trata-se, em nosso entender, de uma realidade que encontra as suas bases de sustentabilidade, também, na globalização, esta incontornável realidade que desfez fronteiras, tornou próximos os distantes de ontem e produziu uma morada de todos, a aldeia global.

e. Aqui, importa destacar que a **globalização** não é apenas portadora de benefícios: a violência organizada (seja ela física, estrutural, política e

sectária) é, também, globalizada, contribuindo para o surgimento de “**novas guerras**”, na sua maioria, sem rosto e com objectivos não declarados, que podem ser de natureza intra-estatal ou transnacional, que envolvem combates irregulares, criminosos e forças privadas, o que concorre para a violação massiva e indiscriminada dos direitos humanos.

f. Trata-se de uma realidade que, por um lado, influencia as políticas e estratégias do Estado e, por outro, desafia as suas instituições, sobretudo as Forças de Defesa e Segurança, a posicionarem e projectarem as suas capacidades de força para responder às novas ameaças.

2.Contextualização da Evolução Histórica e Geopolítica Africana.

a. Para Lacoste (2006:13) “*Não é possível compreender, mesmo em traços largos, uma situação geopolítica sem estar informado globalmente acerca das rivalidades de poderes*

que se sucederam historicamente nos territórios em causa”.

- b.** Ao longo da História, o continente africano foi assolado, quase que de forma permanente, por conflitos que contribuíram para a fragilização de territórios já marcados pelos processos decorrentes da colonização, da Guerra-Fria e da ingerência de outros Estados.
- c.** Segundo o *International Crisis Group*, cerca de 20% da população africana a sul do Sahara vive subjugada a conflitos, ainda que de baixa intensidade, que tende a alastrar-se aos países vizinhos.
- d.** A distribuição geográfica da conflitualidade africana é tratada por vários autores e caracterizada de diversas formas. Todavia, escolhemos o pensamento de Correia (2010) que admite a existência de **três (3) zonas de conflitos**: a **África Ocidental**, que engloba a área ocidental do Sudão, a **área desde a foz do**

rio Congo até ao Corno de África e a África Austral.

- e.** Os conflitos gerados nestas zonas fragilizam os Estados, promovem a instabilidade e criam condições para o desenvolvimento de redes criminosas e é obvio que *“quando o Estado fracassa, “Estado Falhado”, é a criminalidade organizada que ocupa o seu lugar”* (Solana, 2003: 6).
- f.** Neste contexto, como elementos enquadrantes e com reflexo no quadro de ameaças e riscos à segurança e defesa de África, julgamos importante analisar algumas das principais características geográficas do continente africano, que conjugadas com o desenvolvimento dos factores históricos, contribuíram para o ambiente geoestratégico continental que se foi definindo, influenciando na segurança e defesa do continente.

2.1 Factores Influenciadores da Matriz Conflitual Africana.

- a. A partir do século XVI a geopolítica do continente Africano viu o potencial do seu factor humano ser afectado com os **movimentos esclavagistas**, estabelecidos inicialmente pelos árabes para o Egipto e Ásia Ocidental e depois pelos europeus para o Novo Mundo.
- b. Estimam-se em 18 milhões, os africanos vendidos como escravos no período entre Século XV e finais do Século XIX (Mbeki, 2010), o que trouxe a África uma enorme instabilidade social, política e demográfica.
- c. A declaração da **1ª Guerra Mundial** teve significativa influência na história da África ao contribuir para o redesenhar do mapa da África, tal como praticamente se apresenta hoje, a que se seguiu o período do colonialismo em África.

d. Em finais da década de 1940, com a **Guerra Fria**, o mundo compete por esferas de influência e controlo, através das potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos e das potências comunistas lideradas pela União Soviética. Mais uma vez, África é vítima desta situação que se estende à disputa destes dois campos pelo controlo dos países recém independentes ou para os impedir de alinhar com os seus adversários, situação que se mantém até à altura em que nasce a ONU e que se acelera o processo de descolonização (Correia, 2010).

3.1 Principais Factores Geopolíticos Africanos

a. África é o segundo maior continente do globo com uma extensão de cerca de 30 milhões de km², representando mais de 20% do total da terra firme do globo e compreende um mosaico gigante e fragmentado de 55 Estados, que integram a União Africana. Estes Estados

integram-se em cinco grandes regiões¹, cada uma delas com realidades.

b. Contudo, África assume “*um papel importante nas relações internacionais devido às suas importantes reservas em energia, metais nobres e estratégicos*” (Barroso, 2010: 3).

c. Assim, os recursos naturais existentes no continente e o interesse por eles gerado, leva a Comunidade Internacional a definir a postura e a assumir de forma pragmática que os interesses estratégicos das grandes potências, em África, a longo prazo não são claros.

3. O Caso Nacional

a. Moçambique, a par de muitos dos países africanos, viveu um conflito armado, de **1977 a 1992**, entre as Forças Governamentais e as da RENAMO, que culminou com a assinatura do

¹ Cinco grandes regiões africanas: África Oriental, África Ocidental, África Setentrional, África Central e África Meridional.

Acordo Geral de Paz (AGP), em Roma, no **dia 4 de Outubro de 1992**.

- b.** Contudo, o AGP teve erupção com o surgimento da tensão político-militar, em 2013, que veio a terminar, a 5 de Setembro de 2014, com a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares (ACHM).
- c.** Assim, embora o espírito deste Acordo era garantir a cessação efectiva das hostilidades, o deficiente cumprimento do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) tem dificultado a pacificação do país. Este facto fez com que as Forças residuais da RENAMO retomassem os ataques, de 2015 a 2016, tendo sido assinado o **Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional**, a 6 de Agosto de 2019, em Maputo.
- d.** Conforme é do vosso conhecimento, desde Outubro de 2017, verificam-se ataques de grupos de malfeitores na Província de Cabo

Delgado, concretamente, nos Distritos de Macomia, Mocímboa da Praia, Palma, Nangade, Muidumbe, Meluco e Quissanga. Estes ataques são perpetrados por indivíduos de várias nacionalidades, incluindo nacionais, até aqui sem rosto e nem objectivos expressos.

e. Ao nível da região centro do país, registam-se, igualmente, desde Setembro de 2019, ataques esporádicos perpetrados por Homens armados da auto-proclamada Junta Militar da RENAMO, ao longo da Estrada Nacional N° 1, concretamente nos troços **Save – Inchope – Gorongosa** e na Estrada Nacional N° 6, nos troços **Inchope – Gondola – Chimoio**, contra Forças de Defesa e Segurança, alvos civis e económicos, contribuindo desta feita para o retrocesso do desenvolvimento que o país tem vindo a experimentar.

f. Estes fenómenos constituem um atentado à segurança do Estado e ocorrem num contexto em que Moçambique tem vindo a registar um

notável desenvolvimento, nos domínios socio-político e económico, testemunhado pelas contínuas descobertas de recursos energéticos, e pela conseqüente atracção de potenciais investimentos em massa.

g. Este cenário, além de testar o grau de prontidão e de resposta das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, coloca em causa o esforço empreendido na manutenção da paz, estabilidade e promoção de desenvolvimento integrado e sustentável do país.

h. Face a esta situação, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, são chamadas a dar o seu contributo, tendo em conta a sua missão e responsabilidade, bem como o seu papel central e vital na arquitetura de segurança e desenvolvimento nacional.

4. Postura Recomendável aos Militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Perante Esta Situação de Ameaça Real ao País, Qual Deve Ser a Postura Recomendável aos Militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique?

a. Para Huntington (1957), cientista político americano, na sua obra “*O Estado e o Soldado: Teoria e Política Entre Civis e Militares*”², a carreira militar é uma profissão completamente desenvolvida, porque nela se verificam as três características principais do tipo ideal de profissão: ***a destreza, o espírito corporativo e a responsabilidade.***

b. Assim, o profissional militar é, nomeadamente, obediente e leal para com a autoridade do Estado, competente nos assuntos militares, dedicado na utilização da sua capacidade para

² Samuel P. Huntington (1957). *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, Belknap Press, London.

proporcionar segurança ao Estado, política e moralmente neutro.

- c.** O seu sentido de compromisso profissional é conformado por uma ética que reflecte um conjunto de valores e atitudes, cuidadosamente inculcados, que constitui uma singular perspectiva profissional ou mentalidade militar caracterizada como “realista e conservadora”.
- d.** Como militares, as vossas acções devem estar orientadas para a criação de confiança no cumprimento das missões.
- e.** Devem ser capazes de antecipar situações que possam colocar em perigo a paz, a segurança e integridade territorial do Estado, através da obtenção de informações prévias sobre as mesmas. Daqui, emerge a necessidade do reforço da disciplina militar, do sentido do dever e amor à pátria moçambicana, à pátria dos heróis, referimo-nos à Pátria de Mondlane, de Samora, de Marcelino e de tantos outros.

5. Acções e Desafios que se Impõem às Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Se assumirmos que as acções dos malfeitores e de outros perturbadores da estabilidade constituem uma afronta à autoridade do Estado, **que desafios e acções se impõem às Forças Armadas de Defesa de Moçambique?**

A **Lei n°12/2019, de 23 de Setembro**, que aprova a Política de Defesa e Segurança, preconiza, no artigo 10, que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique têm a missão primordial de defender os interesses vitais do País contra todas as formas de ameaça ou agressão, incluindo o terrorismo. Em face disso, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem adequar as capacidades de defesa, na perspectiva de eliminar as ameaças à segurança nacional.

5.1 Acções e Medidas de Defesa Nacional

a. As acções e medidas de Defesa Nacional que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique são chamadas a adoptar podem agrupar-se em **Preventivas ou Operacionais**, consoante as necessidades resultantes da actividade levada a efeito por Forças Adversas³.

b. As **acções e medidas Preventivas**, normalmente, têm carácter permanente e incluem, entre outras actividades, as que se desenvolvem no âmbito da Vigilância do Espaço Estratégico de Interesse Permanente⁴, da protecção das próprias instalações e meios e das Informações Operativas.

c. No entanto, **as acções e medidas Operacionais** só deverão ocorrer, em princípio, quando esgotadas as capacidades das Forças de Segurança, como último recurso para a

³ Designamos por Forças Adversas, os “provocadores de acontecimentos ou acções, por vontade consciente, própria e adversa, que contrariam a consecução de um objectivo e que sejam causadores de danos.

⁴ Consideramos Espaço Estratégico de Interesse Permanente, o território, o espaço de circulação entre as parcelas do Território Nacional e os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional.

manutenção ou o restabelecimento da normalidade da Ordem e Seguranças nacionais.

5.2 Desafios que se Impõem às Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

- a.** Redefinição da doutrina das Forças Armadas de Defesa de Moçambique para que seja consentânea com os desafios da actualidade;
- b.** Revisão dos curricula de ensino militar a fim de adequá-los ao contexto operacional actual;
- c.** Formação e capacitação permanente dos militares, a todos os níveis;
- d.** Melhoria da qualidade da formação realizada dentro e fora do país, adequando-a às novas ameaças;
- e.** Melhoria das condições logísticas e uso criterioso dos recursos postos a disposição da instituição militar;

- f.** Reequipamento e modernização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique a todos os níveis;
- g.** Repensar nos dispositivos militares e criação de Comandos Regionais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, para permitir respostas atempadas em função da situação;
- h.** Controlo das fronteiras pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, no âmbito da sua missão de defesa da soberania;
- i.** Incremento da participação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em missões de ajuda humanitária;
- j.** Actualização de parcerias estratégicas para o Sector de Defesa; e
- k.** Incremento da cooperação técnico-militar com os parceiros da região para, em conjunto, encontrar soluções para a estabilidade comum.

Assim, acreditamos que só desta forma as Forças Armadas de Defesa de Moçambique continuarão a contribuir de forma positiva e construtiva no processo de manutenção da estabilidade e da Paz em Moçambique, condição indispensável para o desenvolvimento sustentável do país.

6. Contributo da Academia Militar “Marechal Samora Machel” na Manutenção da Paz.

Qual é a contribuição da Academia Militar “Marechal Samora Machel” na resposta ao conjunto das ameaças e desafios que foram levantados?

- a. Considerando que a Academia Militar “**Marechal Samora Machel**” é a forja do oficial militar, entendemos que o seu papel primordial é a formação de homens e mulheres, devidamente capacitados nos domínios científico, técnico-tático e cívico-patriótico, para responder cabalmente às missões incumbidas pela Pátria.

b. O ser cadete e, depois, oficial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique não deve ser apenas emprego, mas sim, **acto de nobreza** no cumprimento do dever cívico-patriótico, um exercício de cidadania, constitucionalmente consagrado, pois, “a participação na defesa da independência nacional, soberania e integridade territorial são dever sagrado e honra para todos os cidadãos moçambicanos” (Artigo 267, nº 1).

c. Como já nos referimos, a constante mutação dos fenómenos que ameaçam a paz, a integridade territorial e a soberania do Estado moçambicano desafiam a todos, particularmente à Academia Militar “**Marechal Samora Machel**” que tem por missão a formação dos Oficiais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

d. Assim, os curricula de formação, bem como os recursos necessários para a sua concretização, devem ser ajustados de modo a preparar os

militares, não só para o enfrentamento de guerras convencionais, mas também para as guerras híbridas e outras ameaças difusas, em função das metamorfoses que emergem em cada conjuntura.

e. Aqui, em função do exposto, os docentes são chamados a assumir a dianteira no processo de ensino-aprendizagem, estimulando debates, abstrações e espicaçar as mentes, buscando abundantes exemplos da nossa saga libertária e da heroicidade demonstrada em outros contextos da nossa História Militar. Para tal, os Combatentes da Luta Armada de Libertação Nacional e da defesa da Pátria deverão continuar a ser a vossa inesgotável fonte de inspiração permanente.

7. Conclusões

Dos aspectos levantados e analisados, podemos aferir que:

- a.** O fenómeno emergente da globalização e do desmoronamento dos “*blocos*”⁵ criou para além de interdependências crescentes entre os Estados, a necessidade de estes se adaptarem ao novo paradigma de segurança, ligado agora a um espectro mais vasto de ameaças e riscos.

- b.** Actualmente, a realidade conflitual africana é essencialmente intra-estatal, tem origem em causas inter-relacionadas, de que fazem parte a instabilidade social, geográfica, étnica, religiosa, demográfica e política. A instabilidade criou condições de fractura e oposição social, que elevam a incidência de pobreza e se assumem como factores desagregadores e condicionadores do desenvolvimento.

⁵ O “bloco” capitalista liderado pelos Estados Unidos e o “bloco” comunista liderado pela União Soviética.

c. Um dos factores que é apontado como principal causa para os problemas crónicos africanos é a existência de Estados falhados, que se transformam em paraísos e santuários para grupos terroristas e redes de criminalidade, autênticos catalisadores da conflitualidade interna e fonte de preocupação para a comunidade internacional.

d. Considerando a imprevisibilidade da ameaça, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem exercer a actividade de Defesa Nacional de forma contínua e permanente, em todo o espaço sujeito a jurisdição nacional, actuando de forma preventiva e dissuasora, mesmo que cumulativamente ao cumprimento de outras missões.

- **Excelentíssimo Senhor Comandante da Academia Militar “Marechal Samora Machel”;**
- **Senhores Oficiais Gerais, Superiores e Subalternos; Sargentos e Praças das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;**
- **Estimados Estudantes da Academia Militar “Marechal Samora Machel”;**
- **Prezada Comunidade Académica;**
- **Distintos Convidados;**
- **Minhas Senhoras e Meus Senhores.**

Antes de terminar a minha intervenção, tendo em conta as prioridades sobre a Paz, traçadas por **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança**, aquando da Tomada de Posse do presente mandato, a **15 de Fevereiro de 2020**, gostaria de salientar que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem continuar a contribuir

de forma positiva, construtiva e permanente na defesa da pátria e manutenção da Paz em Moçambique, mesmo que para tal seja necessário, sacrificar a própria vida, pois, como afirmou o mais Alto Magistrado da Nação, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, **“A nossa soberania não será nunca negociada ou hipotecada”**.

Com estas palavras, **declaro solenemente aberto o ano Lectivo de 2020, na Academia Militar “Marechal Samora Machel”**.

Muito obrigado pela atenção dispensada!

Nampula, 28 de Fevereiro de 2020

Referências Bibliográficas

1. BARROSO, Luís Fernando Machado (2010). *A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: A Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal*. [Em linha]. [Referência de 30 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_2D_texto_pdf_luis_machado_barroso.pdf.
2. Constituição da Republica de Moçambique (2004).
3. CORREIA, Pedro de Pezarat (2010). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Volume II. Edições Almedina. SA. Coimbra.
4. LACOSTE, Ives (2010). *A Geopolítica do Mediterrâneo*, Lisboa: Edições 70.
5. **Lei n°12/2019, de 23 de Setembro**, que aprova a Política de Defesa e Segurança.
6. MBEKI, Moeletsi (2010). *Security and Development in sub-Saharan Africa: Looking to the Future*. Presentation at the US Africa Command US Military Headquarters in Stuttgart, Germany. [Em linha]. [Referência de 14 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.saiia.org.za/great-powers-africa-opinion/security-and-development-in-sub-saharan-africa-looking-to-the-future.html>
7. SOLANA, Javier (2003). *Uma Europa segura num mundo melhor*. Conselho Europeu [Em linha]. [Referência de 30 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/76259.pdf.